



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1005844-06.2016.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material**
 Requerente: **Gabriel Lui Gomide**
 Requerido: **Matheus Evandro Cocca**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O.

Trata-se de ação em que o autor almeja ao ressarcimento de danos materiais e morais que o réu lhe causou.

De acordo com a petição inicial, o réu teria provocado danos em automóvel do autor, além de ofendê-lo moralmente e ameaçá-lo.

Os documentos amealhados pelo autor respaldam suas alegações.

Deles, merecem destaque os de fls. 17/18 (evidenciam as ofensas e ameaças dirigidas pelo réu ao autor), 35 (atestam os danos causados no automóvel do autor), 42/44 (dimensionam os prejuízos daí advindos) e 45/49 (retratam a situação do veículo do autor após a ação do réu).

Já o réu em contestação admitiu ter perpetrado as ações que resultaram nas fotografias acostadas a fls. 42/44, bem como não impugnou o valor necessário para o conserto do automóvel ou os orçamentos que lhe serviram de respaldo.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

Quanto aos danos morais, não negou as imputações que lhe foram lançadas, limitando-se a asseverar que se sentiu traído pelo autor porque ele não o ajudou quando precisou de seu apoio.

A conjugação desses elementos, aliada à ausência de outros que apontassem para direção contrária e ao desinteresse das partes pelo alargamento da dilação probatória, conduz ao acolhimento parcial da pretensão deduzida.

Os danos materiais causados pelo réu ao autor foram reconhecidos pelo primeiro, inexistindo qualquer dúvida – inclusive a propósito do valor devido – sobre a necessidade do correspondente ressarcimento nos moldes pleiteados.

Idêntica solução aplica-se ao pedido para reparação dos danos morais.

As ofensas e ameaças dirigidas ao autor são inegavelmente reprováveis e seguramente lhe causaram abalo de vulto, como sucederia com qualquer pessoa mediana que estivesse em sua posição.

Nada há a justificar a conduta do réu, a qual basta para render ensejo aos danos morais invocados.

O valor da indenização, todavia, não poderá ser o proclamado pelo autor, que transparece excessivo.

Assim, à míngua de preceito normativo que discipline a matéria, mas atento à condição econômica das partes (o autor não amealhou um só dado concreto sobre o estado econômico do réu) e ao grau do aborrecimento experimentado, de um lado, bem como à necessidade da fixação não constituir enriquecimento indevido da parte e nem aviltar o sofrimento suportado, de outro lado, arbitro a indenização devida ao autor em R\$ 4.000,00 (quatro mil reais).

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE EM PARTE** a ação para condenar o réu a pagar ao autor as quantias de R\$ 4.000,00, acrescida de correção monetária, a partir desta data, e juros de mora, contados da citação, e de R\$ 4.110,00, acrescida de correção monetária, a partir de setembro de 2015 (época da prática dos danos cometidos no automóvel do autor), e de juros de mora, contados da citação.

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

P.R.I.

São Carlos, 14 de agosto de 2016.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**